



## Proc. Administrativo 18- 8.802/2026

**De:** Ramon S. - SECAF-DA-SPCCP

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 18/05/2026 às 09:27:25

**Setores envolvidos:**

05. SECAF, 05.5.1.1 SECAF-CA, SECAF-DA-SPCCP, SAF-AD-CA-SPCCP-SECAF, 05.5.1.2 SECAF-CAL, SAF-AD-COFC, SAF-AD-COFC-SO, 06. SEDUC, 07. SESA, SMS-OAD-CEFMS-SO, 11. SEMPS, 03.1 PRO-AJGM, GA, GCSMMSS, 03.2.6 AJGM-APL, 05.1 PRO-SECAF

### PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE VISA À AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70% E ÁLCOOL GEL 70%.

Segue em anexo o ETP atualizado, conforme a recomendação do item nº 28 do parecer.

—  
**Ramon Silva Santos**  
SUBCOORDENADOR

**Anexos:**

01\_ETP\_ALCOOL\_2026.pdf



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### 1 – DO OBJETO E DO OBJETIVO

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70% ÁLCOOL GEL 70% VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS EXISTENCIAIS DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO/BA, E PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTES A SEREM CUSTEADOS COM RECURSO FEDERAL (PSB/FNAS/FNAS, PSEMC/FNAS/MDAS E BLOCO IGD-PBF/FNAS/MDS), RECURSO ESTADUAL (PSB/FEAS E PSEMC/FEAS) E RECURSO PRÓPRIO.

**OBJETIVO:** O PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO TEM POR OBJETIVO PROMOVER O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO 70%, ÁLCOOL GEL 70% VISANDO ASSEGURAR O REGULAR ABASTECIMENTO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO/BA, BEM COMO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS. O OBJETIVO ESPECÍFICO CONSISTE EM ASSEGURAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE, ASSEPSIA E PREVENÇÃO SANITÁRIA NOS AMBIENTES ADMINISTRATIVOS E NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO VINCULADAS AO MUNICÍPIO, PROMOVENDO A PROTEÇÃO DA SAÚDE DE SERVIDORES E USUÁRIOS.

### 2 – DA JUSTIFICATIVA QUANTO A ESCOLHA DA BASE LEGAL

A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, sendo atualmente o regime jurídico aplicável às contratações públicas no âmbito da Administração Municipal. A adoção da referida legislação garante a observância dos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da transparência, da segregação de funções, da gestão por competências e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, além de assegurar maior governança e controle na aplicação dos recursos públicos.

A utilização do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021 por se tratar de aquisição de bens de consumo contínuo, cuja demanda é recorrente e variável entre as diversas Secretarias e Órgãos Municipais, bem como no âmbito do Fundo Municipal de Assistência Social. O modelo adotado permite contratações futuras e parceladas, conforme a real necessidade administrativa, evitando aquisições excessivas, desperdícios e





imobilização desnecessária de recursos orçamentários, em consonância com o princípio da eficiência e da responsabilidade na gestão fiscal.

Sob o aspecto material, a necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade do álcool etílico 70%, álcool gel 70% para a manutenção das condições adequadas de higiene, desinfecção e assepsia nos prédios públicos, unidades administrativas e equipamentos vinculados às políticas públicas municipais. Tais insumos são essenciais para a prevenção de contaminações, promoção da saúde e garantia de ambientes seguros para servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos.

No âmbito da Assistência Social, a aquisição mostra-se ainda mais relevante, considerando o atendimento direto à população em situação de vulnerabilidade, exigindo a manutenção de padrões mínimos de higiene e segurança sanitária. A ausência desses materiais comprometeria a continuidade dos serviços, a qualidade do atendimento e a proteção da saúde coletiva.

Assim, a escolha da base legal aliada à adoção do Sistema de Registro de Preços atende simultaneamente às exigências normativas vigentes e à necessidade administrativa concreta de garantir o fornecimento regular e eficiente dos insumos, assegurando a adequada execução das atividades institucionais e a correta aplicação dos recursos federais, estaduais e próprios.

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1 – Responsável pela elaboração do ETP:**

Ramon Silva Santos – Matrícula: 22462 – Subcoordenador de análise e controle de pedidos de aquisição de matérias da Secretaria de Administração e Finanças.

Início da elaboração do: 27/02/2026.

### **2 – Descrição da necessidade da contratação:**

A presente contratação decorre da necessidade contínua de aquisição de álcool etílico 70%, álcool gel 70%, destinados a atender às demandas operacionais das Secretarias e Órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como das Unidades de Saúde e do Hospital Municipal.

Os referidos insumos são essenciais para a manutenção das condições adequadas de higiene, assepsia e desinfecção em ambientes administrativos e unidades de atendimento ao público, sendo indispensáveis à prevenção de contaminações, ao controle sanitário e à promoção da saúde de servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos.

No âmbito das Unidades de Saúde e do Hospital Municipal, a utilização desses produtos assume caráter ainda mais relevante e estratégico, uma vez que são empregados rotineiramente na higienização das mãos, desinfecção de superfícies, mobiliários, equipamentos e ambientes assistenciais, contribuindo diretamente para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde





(IRAS) e para a segurança de pacientes e profissionais. A ausência ou insuficiência desses insumos pode comprometer protocolos sanitários, elevar riscos epidemiológicos e impactar negativamente a qualidade do atendimento prestado à população.

Quanto à Assistência Social, a necessidade também se mostra sensível, considerando o atendimento direto a públicos em situação de vulnerabilidade, exigindo a manutenção de ambientes seguros, higienizados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

A demanda caracteriza-se como permanente e recorrente, dado o consumo contínuo desses materiais nas rotinas administrativas, assistenciais e hospitalares. Assim, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada, pois possibilita o fornecimento parcelado conforme a demanda efetiva de cada unidade, assegurando eficiência na gestão de estoques, racionalização dos recursos públicos e garantia da continuidade dos serviços essenciais prestados à coletividade.

### **3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual:**

O objeto da presente contratação, quer seja por meio do objeto de nº 32. O PCA de 2025 pode ser consultado por meio do link que segue:

[transparencia.matadesaojoao.ba.gov.br/adm-pagina-dinamica?desSessaoSeo=paginadinamica-170520240820301775-Plano-de-Contrata-o-Anual](https://transparencia.matadesaojoao.ba.gov.br/adm-pagina-dinamica?desSessaoSeo=paginadinamica-170520240820301775-Plano-de-Contrata-o-Anual)

### **4 – Requisitos da Contratação:**

4.1 Apresentação de qualificação técnica;

4.2 Apresentação de habilitação conforme Art. 62 da Lei 14.133/2021;

4.3 Obedecer aos critérios estabelecidos pela Lei 14.133/2021 e suas posteriores modificações/atualizações;

4.4 Entrega de itens com pleno atendimento às especificações estimada pelo órgão contratante;

4.5 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços compatíveis e pertinentes com o objeto deste certame;

4.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é 12 (doze) meses a contar da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é mais vantajoso, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

P á g i n a 3 | 14



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)



- 4.7 valor da Ata de Registro de Preços poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, a cada 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, tomando-se por base a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir;
- 4.8 Os quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços, poderão ser mantidos os mesmos ou ajustados conforme nova avaliação de demanda, em consonância o planejamento da gestão pública, observando as condições orçamentárias e administrativas vigentes;
- 4.9 A renovação é condicionada a observância de alguns critérios, ou seja, a comprovação da manutenção de preço vantajoso para a Administração pública e celebrada por termo aditivo dentro do prazo da sua vigência;
- 4.10 Havendo prorrogação da Ata, quando couber, poderá a Empresa Contratada pleitear o reajuste, considerando o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) aferido por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 4.11 Quanto à renovação, será observada a reposição integral do saldo quantitativo da ata, sem somatória com eventuais saldos remanescentes de exercícios anteriores;

**5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:**

A **memória de cálculo** utilizada no planejamento das demandas reveste-se de importância equivalente aos demais preceitos legais que regem o processo licitatório, uma vez que sua correta elaboração impacta diretamente na eficiência e regularidade da contratação pública. A definição precisa das quantidades estimadas não apenas orienta o valor global da licitação, como também exerce influência direta sobre a formação dos preços de mercado.

Ao adotar critérios racionais e bem fundamentados na estimativa quantitativa, a Administração Pública amplia suas possibilidades de obter condições mais vantajosas, sobretudo em razão do princípio da economia de escala, conforme o qual maiores volumes tendem a atrair preços unitários mais competitivos. Essa lógica de aquisição por atacado favorece a obtenção de melhores condições comerciais, promove a ampliação da competitividade entre os licitantes e estimula maior interesse na disputa, beneficiando diretamente o erário.

Além disso, uma memória de cálculo robusta contribui para a transparência, previsibilidade e controle dos gastos públicos, permitindo à Administração





promover contratações compatíveis com suas necessidades reais e com os limites orçamentários disponíveis. Trata-se, portanto, de uma ferramenta essencial para garantir a economicidade, a eficiência e a conformidade legal do procedimento licitatório.

As informações decorrentes da memória de cálculo integram formalmente o processo licitatório e representam instrumento fundamental de planejamento e de racionalização do gasto público. Sua elaboração adequada assegura que as contratações estejam alinhadas às reais necessidades da Administração, à estimativa correta de consumo e ao valor de mercado praticado, viabilizando contratações mais eficientes, sustentáveis e compatíveis com os limites orçamentários.

No contexto atual, a memória de cálculo adquire ainda maior relevância por também compor os dados integrados ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme disciplinado pelo Decreto nº 10.540/2020, o qual estabelece o padrão mínimo de qualidade para os registros contábeis e fiscais da Administração Pública. Sua integração ao sistema “fazedor” garante uniformidade, confiabilidade e rastreabilidade das informações lançadas, fortalecendo os controles internos, os mecanismos de planejamento e a tomada de decisão administrativa.

Adicionalmente, esses dados alimentam o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ampliando a transparência e assegurando ao público externo, inclusive a cidadãos e órgãos de controle, pleno acesso às informações sobre como os recursos públicos estão sendo aplicados. Tal medida reforça o compromisso da gestão municipal com a publicidade, a responsabilidade fiscal e a governança dos recursos, ao mesmo tempo em que contribui para o monitoramento da eficiência das políticas públicas.

Dessa forma, a memória de cálculo se configura como um componente essencial tanto para a estruturação do processo licitatório quanto para a conformidade com os padrões contábeis e de gestão pública exigidos, promovendo a padronização das informações, a integração sistêmica e o fortalecimento da administração pública municipal.

Este preâmbulo serve para destacar a importância desta instrumentação, bem como para delinear como se deu o atuar desta administração responsável pelo estudo sob exame. Dessa feita, justifico que o início dos quantitativos se deu por meio da Circular nº 3.349/2026, que funciona como Documento de Formalização da Demanda, já que é um instrumento que é direcionado a todas as pastas que possam a vir a se interessar pela demanda.

Tendo sido inaugurada em 11/02/2026, a comunicação circular supradita definiu prazo de retorno das secretarias, mas em primeiro momento apenas 3 pastas garantiram retorno, a SEAGRI, a SEDUR e a SESAU. Tendo sido assim, a responsabilidade do Setor de Compras da Secretaria de Administração e Finanças se estende ao fato de entender que a municipalidade não pode

Página 5 | 14



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 - [www.matadesaojao.ba.gov.br](http://www.matadesaojao.ba.gov.br)



responder pela ineficiência das pastas que não tiveram retornos por descumprimento de prazo por parte de seus técnicos.

Estrategicamente, definimos que nenhuma secretaria ficaria sem seus respectivos quantitativos, nós realizaríamos buscas nos históricos das contratações dos exercícios anteriores para o mesmo objeto, permitindo que tivéssemos acesso aos quantitativos e as justificativas anteriores, que foram capazes de atender estas secretarias em exercícios anteriores. Por terem sido comunicadas, realizamos buscas ativas, e por isso estarão nos autos os processos administrativos que estas Secretarias silentes participaram em oportunidades anteriores, sendo ele, o processo nº 27.050/2024.

Em observância às políticas de redução de custos e ao princípio da aquisição conforme a necessidade real, foi realizado levantamento do consumo dos anos anteriores, a fim de subsidiar a definição de quantitativos compatíveis com a demanda efetiva da Administração. Todos os detalhamentos constam na planilha em anexo no processo.

**6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:**

No prisma de identificar a realidade de mercado, foi realizada pesquisa de preços para aferição do melhor preço, bem como identificar em qual modalidade de licitação caberia o processo. Por se tratar essa fase da prévia processual, a construção do presente estudo versa realmente sobre essa intenção, compreender as mais variadas formas que o mercado atual pode atender às necessidades declaradas pela Ordenadora da despesa.

Com plena observância aos requisitos presentes da lei base da presente contratação, informo que a pesquisa de preços fora laborada em conformidade com o Decreto Municipal Nº 1563/20, 904/21; além de ser utilizado como base para pesquisa o Art. 23 da lei 14.133/21, e Instrução Normativa nº 65/2021 do SEGES/ME, reconhecendo ainda as possibilidades mercadológicas, na tradução dos valores e prazos para fornecimento.

I - Dessa feita, foi realizada pesquisa na ferramenta para obtenção de preços homologados de outros entes públicos – Banco de Preços, mas não houve resultado que atendesse, de forma panorâmica, a todos os itens que se pretendem adquirir, para esses, foram consultadas as demais fontes de pesquisa que estão qualificadas nas peças normativas e legais supramencionadas.

II - Em conjunto com a pesquisa no Banco de Preços, foi realizada a pesquisa em sítios eletrônicos de amplo domínio, garantindo mais de um resultado de sites e marcas diferentes, completando assim os orçamentos necessários para a definição de preços em conformidade com as peças que regulamentam como devem ser elaboradas as pesquisas e definições de preço.

Assim, reforçamos que a fase mercadológica se deu, inclusive na identificação das proporções de disponibilidade de mercado quanto ao item que se estima adquirir, na identificação do valor referencial que melhor atende a equação **valor X qualidade** do produto/serviço que se estima adquirir.

Neste interim, cabe ainda o reforço sobre o entendimento para não aceitabilidade de empresas consorciadas, cabendo destacar que não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, por o acaso, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. Trata sobre o tema, o renomado autor Marçal Justen Filho, se posiciona:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) as complexidades do objeto tornam problemática a competição.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.

Logo, não há base para justificar a participação de empresas em consórcios ou cooperativas em relação ao objeto em questão. A natureza da atividade não é de alta complexidade, nem implica um vulto econômico significativo. O edital não especifica características que exijam a inclusão de empresas atuantes nesse regime. Permitir a participação de consórcios ou cooperativas em contratos de baixa complexidade e valor econômico reduzido contraria o princípio da competitividade, pois possibilita a formação de alianças entre concorrentes, em vez de promover a competição direta entre eles, violando, assim, de maneira indireta, o princípio da competitividade e prejudicando a busca pela vantajosidade almejada pela Administração.

**7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:**



O valor será estimado mediante os orçamentos aferidos, dos quais serão devidamente explanados em Mapa Comparativo, para fins de determinação do preço mais vantajoso para Administração, e terão o detalhamento de sua formação na Declaração de Preços.

## **8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:**

A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição de álcool etílico 70%, álcool gel 70%, itens de consumo contínuo e essencial, destinados a atender de forma regular e ininterrupta as Secretarias e Órgãos Municipais vinculados à Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, bem como as unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social.

O SRP mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que possibilita maior flexibilidade no atendimento das demandas, permitindo contratações conforme a real necessidade, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata de todo o quantitativo estimado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos, redução de desperdícios e melhor gestão orçamentária.

Os materiais a serem registrados deverão atender rigorosamente às especificações técnicas previstas no edital e em seus anexos, observando padrões mínimos de qualidade, de modo a assegurar condições adequadas de higiene e salubridade aos usuários dos serviços públicos municipais.

A execução da solução compreende:

- Fornecimento parcelado, de acordo com as ordens de fornecimento emitidas pela Administração;
- Entrega nos locais indicados, dentro dos prazos estabelecidos, em embalagens adequadas e íntegras;
- Responsabilidade do fornecedor quanto à logística, transporte, carga e descarga dos produtos, sem ônus adicional para o Município;
- Substituição imediata de produtos que apresentem vícios, defeitos, avarias, inconformidade com as especificações técnicas ou prazo de validade inadequado, sem custos adicionais para a Administração.

**Manutenção e assistência técnica:**

Por se tratar de bens de consumo não duráveis, a solução não demanda serviços de manutenção ou assistência técnica continuada. Todavia, permanece a obrigação do fornecedor quanto à garantia de qualidade dos produtos fornecidos, respondendo por eventuais falhas, defeitos de fabricação ou desconformidades, nos termos da legislação aplicável, especialmente o Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 14.133/2021.



Dessa forma, a solução apresentada atende plenamente ao interesse público, assegurando o abastecimento contínuo dos materiais de higiene, a regularidade do funcionamento dos serviços públicos, a correta aplicação dos recursos federais, estaduais e próprios, bem como o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e gestão responsável.

## **9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

A contratação será realizada sob a forma de parcelamento, com divisão em lotes, de modo a assegurar a racionalidade administrativa, a economicidade e a ampliação da competitividade. Os lotes foram organizados conforme a natureza e à similaridade dos itens, respeitando os segmentos de fornecimento e a afinidade entre os produtos, o que favorece a participação de empresas especializadas em cada grupo de itens. Tal estruturação visa evitar a concentração indevida da contratação, coibindo restrições à competitividade ou direcionamentos indevidos, em conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da maximização do interesse público.

## **10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.**

A adoção do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de papel toalha interfolhado e papel higiênico visa alcançar resultados concretos e mensuráveis no que se refere à economicidade e ao uso racional dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme exposto a seguir:

### **a) Economicidade e racionalização dos recursos financeiros**

O Registro de Preços possibilita a obtenção de valores mais vantajosos para a Administração, em razão da ampliação da competitividade entre os licitantes e da contratação baseada em estimativas globais de consumo. Ademais, a aquisição sob demanda evita compras excessivas ou desnecessárias, reduzindo desperdícios, perdas por vencimento de validade e custos associados à estocagem prolongada.

A contratação somente quando houver efetiva necessidade assegura melhor adequação do gasto público à disponibilidade orçamentária, inclusive quanto às diferentes fontes de recursos (federal, estadual e próprio), promovendo maior controle e eficiência na execução financeira.

### **b) Otimização dos recursos materiais**

Com o fornecimento parcelado e programado, os quantitativos adquiridos passam a refletir o consumo real das unidades administrativas e assistenciais, permitindo melhor gestão dos estoques e reduzindo riscos de deterioração, avarias ou obsolescência dos materiais. Tal prática contribui para a manutenção



de níveis adequados de abastecimento, evitando tanto a falta quanto o excesso de materiais essenciais à higiene e à salubridade dos ambientes públicos.

c) Melhor aproveitamento dos recursos humanos

A centralização do procedimento licitatório, por meio de um único processo de Registro de Preços, reduz a necessidade de múltiplas licitações para o mesmo objeto ao longo do exercício, resultando em significativa economia de tempo e esforço dos servidores envolvidos nas áreas de compras, licitações, contratos, almoxarifado e controle interno. Com isso, os recursos humanos podem ser direcionados a atividades estratégicas e de maior valor agregado à Administração, aumentando a eficiência operacional e a qualidade da gestão pública.

d) Eficiência administrativa e previsibilidade

A solução adotada proporciona maior previsibilidade no atendimento das demandas das Secretarias e do Fundo Municipal de Assistência Social, garantindo abastecimento contínuo e padronizado, com redução de riscos de interrupção dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, fortalece o planejamento, o controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, os resultados pretendidos refletem o compromisso da Administração com a gestão eficiente, responsável e sustentável dos recursos públicos, assegurando economicidade, racionalização de procedimentos e melhoria contínua da prestação dos serviços à população.

**11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.**

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá designar formalmente fiscais titular e suplente, responsáveis pelo acompanhamento e pela fiscalização da execução contratual. Não se faz necessária a capacitação específica dos servidores.

**12 – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.**

A aquisição e utilização de álcool etílico 70%, álcool gel 70%, embora caracterizadas como atividades de baixo impacto ambiental direto, podem gerar efeitos ambientais indiretos ao longo de seu ciclo de vida, desde a produção até o armazenamento, transporte, uso e descarte final. Nesse contexto, identificam-se os seguintes impactos potenciais e as correspondentes medidas mitigadoras:

**a) Consumo de recursos naturais (matéria-prima)**

**Impacto:** A produção do álcool etílico demanda o uso de matérias-primas agrícolas (como a cana-de-açúcar), além de insumos industriais e embalagens plásticas, podendo gerar pressão sobre recursos naturais.

**Medidas mitigadoras:**

- Exigência de que os produtos atendam às normas técnicas e padrões de qualidade aplicáveis, com preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis em sua cadeia produtiva;
- Priorizar, quando possível, produtos cujas embalagens sejam recicláveis ou contenham material reciclado;
- Incentivo à contratação de fornecedores que demonstrem responsabilidade socioambiental e conformidade com boas práticas de produção.

**b) Geração de resíduos sólidos**

**Impacto:** O uso contínuo dos produtos gera resíduos de embalagens (frascos, galões, caixas), que, se descartados inadequadamente, podem causar poluição ambiental.

**Medidas mitigadoras:**

- Incentivo à correta segregação e destinação dos resíduos gerados, conforme as diretrizes da Lei nº 12.305/2010;
- Orientação às unidades usuárias quanto ao descarte adequado das embalagens;
- Preferência por embalagens recicláveis e, quando possível, adoção de práticas de logística reversa.

**c) Impactos relacionados ao transporte e à logística**

**Impacto:** As etapas de transporte e distribuição dos produtos podem resultar em emissão de gases poluentes, consumo de combustíveis fósseis e risco de acidentes com derramamento de substâncias inflamáveis.

**Medidas mitigadoras:**

- Planejamento do fornecimento de forma parcelada e racional, reduzindo deslocamentos desnecessários;
- Exigência de que o transporte seja realizado em conformidade com as normas de segurança aplicáveis a produtos inflamáveis;

- Estímulo à otimização logística por parte do fornecedor, com rotas eficientes e entregas consolidadas.

#### **d) Consumo excessivo e desperdício de materiais**

**Impacto:** O uso inadequado ou excessivo dos produtos pode elevar o consumo, aumentando a geração de resíduos e os impactos ambientais associados à produção.

##### **Medidas mitigadoras:**

- Adoção de controles de consumo pelas unidades administrativas;
- Orientação e capacitação dos usuários quanto ao uso racional dos produtos;
- Padronização dos itens adquiridos, favorecendo maior controle e previsibilidade do consumo.

#### **e) Conformidade legal e sustentabilidade institucional**

**Impacto:** A ausência de critérios de sustentabilidade e de observância às normas aplicáveis pode comprometer a gestão ambiental e sujeitar a Administração a riscos legais.

##### **Medidas mitigadoras:**

- Observância dos critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente e nas normas técnicas aplicáveis, inclusive diretrizes da ABNT e do CONAMA;
- Inserção, quando pertinente, de cláusulas contratuais que incentivem práticas sustentáveis por parte do fornecedor;
- Exigência de regularidade ambiental e cumprimento das obrigações legais pelos contratados.

Dessa forma, as medidas mitigadoras propostas contribuem para a redução dos impactos ambientais associados ao objeto, reforçando o compromisso da Administração Pública com a sustentabilidade, o consumo consciente e a gestão ambientalmente responsável dos recursos públicos.

### **13 – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade.**

Diante do exposto, conclui-se que a contratação por meio de Registro de Preços para aquisição de álcool etílico 70%, álcool gel 70% mostra-se adequada, necessária e compatível com o atendimento das demandas das Secretarias e



órgãos municipais vinculados à Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, bem como do Fundo Municipal de Assistência Social.

A solução proposta revela-se tecnicamente viável e administrativamente eficiente, considerando tratar-se de bens de consumo essenciais à manutenção das atividades institucionais, especialmente no que se refere à higienização, assepsia e prevenção de riscos à saúde em ambientes públicos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas, permitindo maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, evitando desperdícios, otimizando os recursos públicos e garantindo o abastecimento contínuo conforme a demanda das unidades administrativas.

Além disso, verifica-se a compatibilidade da contratação com o planejamento institucional e orçamentário, contemplando recursos de diferentes fontes (federal, estadual e próprio), bem como a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a contratação pode ser realizada em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, atendendo aos requisitos de legalidade, transparência e sustentabilidade, inclusive com a possibilidade de inserção de critérios de responsabilidade socioambiental no processo.

Dessa forma, entende-se que a solução escolhida é adequada para suprir a necessidade identificada, atendendo ao interesse público e assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Administração Municipal.

## **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Declara-se, para os devidos fins, que a contratação pretendida para o Registro de Preços visando à aquisição de álcool etílico 70%, álcool gel 70% é viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico, mostrando-se adequada para o atendimento das necessidades das Secretarias e órgãos municipais vinculados à Prefeitura Municipal de Mata de São João/BA, bem como do Fundo Municipal de Assistência Social.

A viabilidade técnica resta demonstrada pela existência de diversos fornecedores aptos no mercado a fornecer os itens especificados, em conformidade com os padrões de qualidade e normas aplicáveis, não havendo restrições que comprometam a competitividade do certame.

Sob o aspecto operacional, a solução é plenamente exequível, considerando tratar-se de bens de consumo comuns, com logística de fornecimento amplamente difundida, possibilitando entregas parceladas conforme a demanda administrativa, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

P á g i n a 13 | 14



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310 - [www.matadesaojoao.ba.gov.br](http://www.matadesaojoao.ba.gov.br)





No que se refere à viabilidade orçamentária, verifica-se a existência de previsão de recursos suficientes para fazer frente à despesa, provenientes de fontes federais, estaduais e próprias, devidamente alinhadas ao planejamento institucional.

Quanto à viabilidade jurídica, a contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, podendo ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, observando-se os princípios da legalidade, isonomia, economicidade e eficiência.

Ademais, foram considerados os aspectos de sustentabilidade e os potenciais impactos ambientais, com a previsão de medidas mitigadoras adequadas, em consonância com a Lei nº 12.305/2010.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, sendo recomendada a continuidade do processo administrativo para a formalização do certame, em atendimento ao interesse público e à adequada prestação dos serviços essenciais.

Mata de São João/BA, em 18 de maio de 2026.

**SETOR DE COMPRAS DA SECAF**  
**RAMON SILVA SANTOS**  
**SUBCOORDENADOR DE COMPRAS**  
**MATRÍCULA: 22462**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FF92-E705-D5B9-32CC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAMON SILVA SANTOS (CPF 123.XXX.XXX-62) em 18/05/2026 09:28:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/FF92-E705-D5B9-32CC>